

NOTAS ACERCA DA HEGEMONIA DO CAPITAL FINANCEIRO

José Rodrigo Barth Adams¹

Mariana Pfeifer²

RESUMO

O presente trabalho analisa diferentes aspectos das estratégias utilizadas pelos agentes financeiros em suas relações institucionais, buscando identificar os elementos de construção de consensos que são constituidores e que fortalecem a hegemonia do capital financeiro na atualidade.

Palavras-Chave: Capital financeiro, hegemonia, consenso.

ABSTRACT

The paper analyzes different aspects of strategies used by financial agents in its institutional relations. It also searches to identify the elements that compose the consensuses that constitute and fortify the hegemony of financial capital nowadays.

Keywords - Financial capital, hegemony, consensus.

O conceito de hegemonia vem sendo amplamente utilizado no contexto das ciências sociais, pelo suporte teórico e analítico que encerra em si, e reafirma a atualidade do esquema teórico traçado por Antonio Gramsci ao permitir o estudo de diferentes faces da sociedade contemporânea, tanto no campo político, cultural, econômico-financeiro, bem como das relações de poder estabelecidas com o processo de globalização. A presente reflexão utiliza-se desse marco conceitual para tecer apontamentos acerca da hegemonia do capital financeiro na atualidade, debate que se torna relevante tendo em vista as possibilidades de leitura da realidade, a qual é fortemente determinada pelas relações político-econômicas estabelecidas no sistema capitalista contemporâneo, com rebatimentos, em especial, no âmbito do Estado, das políticas sociais e da sociedade civil.

Do ponto de vista teórico, a partir da concepção de Gramsci, favorece-se a compreensão do consenso como um dos elementos da hegemonia, juntamente com a coerção. Gramsci ressalta que o processo através do qual se constrói a hegemonia é tensionado por mecanismos ideológicos e políticos de coerção e de consenso, onde

¹ Graduando em Ciências Sociais - Universidade Federal de Santa Catarina

² Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela UFSC
Campus Litoral - UFPR.

o exercício “normal” da hegemonia [...] caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria (GRAMSCI, 2002, p.95).

Este movimento dialético do pensamento de Gramsci possibilita a análise das relações políticas envoltas por um duplo movimento, antagônico e unitário, de coerção e consenso. E ainda, a construção hegemônica remete à formação, no âmbito da sociedade civil, de uma cultura plasmadora da visão de mundo de uma determinada classe que se torna universal e que, ao tornar-se dominante, passa a ser também dirigente diante das demais classes.

Parte-se, neste momento, para a análise das relações capitalistas contemporâneas, buscando identificar, ainda que de forma breve, as forças de reprodução global do sistema, a direção político-cultural de classe, a política de alianças, e os possíveis mecanismos de coerção e de consenso, elementos esses constituidores da hegemonia do capital financeiro na atualidade.

A nova configuração de reprodução global do sistema é marcada por dois movimentos do capital para a recuperação de sua taxa de lucro, que entrou em declínio com a crise dos finais dos anos 1960 e início dos 1970: por um lado, a reestruturação produtiva é a política para enfrentar o esgotamento do modelo fordista de produção de mercadorias, e por outro, a reforma do Estado vem reduzindo a atuação da esfera estatal como resposta à suposta “falência” do modelo keynesiano. O Consenso de Washington vem demarcar as principais políticas neoliberais de ajuste estrutural aos países capitalistas de terceiro mundo, concentrando medidas de reforma como desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira, privatização do público e redução do tamanho e do papel do Estado. A este processo acrescenta-se as profundas mudanças no padrão produtivo, organizacional e de gestão da força de trabalho de molde toyotista articulados a grandes inovações tecnológicas de base eletrônica, microeletrônica e informática, que alteraram as bases materiais de produção e reprodução social global.

A análise de Chesnais (2003, p. 48) sobre o atual estágio de desenvolvimento capitalista, contribui para a discussão quando ressalta a existência de um “regime de acumulação com dominância financeira”. A acumulação é submetida a um movimento que predomina a concentração financeira, na busca pela restituição da liquidez, o que altera as relações entre os estratos capitalistas e entre capital e trabalho, construindo uma relativa “autonomia da finança” através de “mecanismos de captação e de centralização de frações de valor e de mais-valia a sua disposição e, enfim, as instituições que garantem segurança, política, mas também financeira, das operações de investimento financeiro”. Deste modo, pode-se identificar a disseminação de uma *direção político-cultural* da ordem burguesa na

atualidade, que tem a predominância financeira como diretriz, sendo esta a característica fundamental do capitalismo contemporâneo. Motta (1995, p.80) colabora para esta análise quando ressalta que o Consenso de Washington, e suas políticas neoliberais de reestruturação para a superação da crise, é “um dos meios pelos quais a burguesia internacional imprime uma direção política de classe [...] afirmando-se como um instrumento formador de uma racionalidade política, cultural e ética.” A direção política da atualidade vem a ser o resultado de uma “revolução passiva”, onde as massas foram colocadas a parte do processo histórico, uma vez que as medidas de ajuste foram impostas “pelo alto”.

Mintz e Schwartz (1990) avaliam a constituição da hegemonia financeira nas relações intercorporativas, tendo por base a influência que o capital financeiro exerce na tomada de decisões e nas estratégias de organizações financeiras e não financeiras. Analisando diferentes instituições, os autores afirmam o exercício do poder e a imposição de diretrizes pelos agentes financeiros às decisões empresariais, o que permite às instituições financeiras construir hegemonia em prol de um direcionamento financeiro ao sistema capitalista. Mintz e Schwartz (1990) clarificam que, a concentração de capital nas mãos de bancos, companhias de seguro e de investimento faz com que as decisões do sistema financeiro sigam uma direção política coordenada, formando uma similaridade de interesses entre os maiores financiadores. Este elemento, expressa-se para os autores como o fundamento da hegemonia financeira nas relações intercorporativas, pois constrange a autonomia das organizações pela influência que sofrem dos investidores institucionais e credores, sendo que o grau de autonomia/dependência varia de acordo com o fluxo de capital, ou seja, com o grau de endividamento.

Com suas análises, Mintz e Schwartz revelam que a influência do sistema financeiro sobre organizações industriais, de prestação de serviços ou sobre governos nacionais, se dá especificamente através de mecanismos de empréstimos ou investimentos, onde através das relações contratuais os atores financeiros intervêm nas questões internas dos prestatários fixando condições disciplinares específicas de proibições ou obrigações, o que altera ou reorienta a estratégia econômica ou política das instituições prestatárias, de acordo com as diretrizes consolidadas pela cúpula financeira. Acerca da argumentação de Mintz e Schwartz (1990), reflete-se que a articulação entre as instituições financeiras em função de interesses comuns pode ser identificada como uma política de *alianças* intraclasse do setor financeiro, na busca pela construção de uma identidade política que fortaleça o setor em suas relações com os demais estratos empresariais, configurados principalmente no que diz respeito a implementação de empréstimos interbancários, consórcios e concentração de capital, onde diversos atores financeiros imprimem ações em unidade política, inclusive no que se refere as diretrizes impostas a organizações não financeiras que contratam serviços financeiros.

Ao mesmo tempo, tem-se o estabelecimento de alianças entre a burguesia financeira e a burguesia industrial criando um *bloco político financeiro-industrial*, que se reflete no esforço conjunto pela implementação das reformas de cunho neoliberal e é articulada, segundo Scott (1988), pela consolidação das relações intercorporativas que se estabelecem através de fluxos de capital. O autor destaca a existência das organizações que investem e das que recebem capital de investimento, apontando uma relação “in-degree” e “out-degree”, sendo a última o indicador de poder e dominação.

Outra questão a ser explorada, é a consolidação dos grupos econômicos, os quais surgem na contemporaneidade caracterizando-se por uma forma organizacional complexa que agrega diferentes unidades de produção individual atuantes em diversos setores de mercado e que estão subordinadas a um centro de controle e poder responsável pela implementação das políticas estratégicas. Os grupos econômicos têm uma atuação produtiva e financeira de grande porte e geralmente apresentam unidades bancárias em sua estrutura. Segundo Portugal Júnior (1994, p.22) os grupos econômicos

são um lócus institucional privado, de acumulação de capital e poder que, através de relações de propriedade, financiamento e controle, submete uma ou mais empresas de porte relativamente grande a um centro de controle e coordenação capaz de articular decisões estratégicas de valorização de capital.

Com efeito, a propriedade de capital tem se manifestado como um caráter fundamental no que se refere ao poder de controle dos grupos econômicos, onde o controle acionário coloca-se como suficiente para submeter as empresas do grupo as direções estratégicas indicadas, ou seja, a “propriedade (de ativos específicos e, principalmente de capital) pertence a indivíduos ou instituições, que exercem o controle efetivo sobre este conjunto de empresas” (GONSALVES, 1991, p.494). Os bancos presentes nos grupos econômicos apresentam uma determinação muito relevante, ao passo que detém o capital financeiro que é disponível às indústrias. Assim, “os proprietários majoritários das ações bancárias dispõem do domínio sobre o banco”, e conseqüentemente, “os proprietários do capital fictício, que dá o poder aos bancos, e os proprietários do capital que dá o poder à indústria são cada vez mais as mesmas pessoas” (HILFERDING, 1985, p.219).

No entanto, “a idéia da hegemonia não se confunde com gestão ou controle do poder em sentido estrito” (NOGUEIRA, 2004, p.243). A concentração do poder e do controle dos grupos econômicos por si só não representa um quadro de formação hegemônica, e assim, inclui-se a análise que “não se pode perder de vista que a classe dominante repassa a sua ideologia e realiza o controle do consenso através de uma rede articulada de instituições culturais, que Gramsci denomina de ‘aparelhos privados de hegemonia’” (SIMIONATTO, 1995, p.43). Por isto, coloca-se como de suma importância ao processo de

formação das bases consensuais do sistema financeiro, o aporte cultural e ideológico formado por organismos como a Organização Mundial do Comércio - OMC, Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial, Organização Internacional do Trabalho – OIT, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, Conselho de Análise Econômica, entre outros. Estes formam amplos e complexos circuitos de informação e de comunicação responsáveis pela reprodução da ideologia dominante, contribuindo para a construção de consensos em torno do sistema financeiro-industrial que chama para si todas as decisões, obtendo adesões voluntárias e modificando valores e orientações políticas, fundando assim, a cultura financeira contemporânea.

Hoje, não somente as relações de produção capitalista se generalizaram, como também as formas burguesas são uma realidade em todos os planos da sociedade. São hegemônicas, ou seja, produzem e difundem com êxito sua autolegitimação, criando uma cultura para si. Ao mesmo tempo, o poder não está mais concentrado no aparato estatal, mas “distribuído” e diluído em uma rede institucional e midiática complexa e intrincada (NOGUEIRA, 2004, p.248).

Estes sistemas de disseminação de concepções de mundo influem sobre as massas como uma força de *coerção e consenso* das classes dominantes, subordinando os estratos sociais a uma hegemonia exterior, interiorizando uma ideologia que não é sua. Como diria Gramsci (2001a, p.94),

pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens coletivos.

Uma das formas de relações intercorporativas que reforçam o bloco político financeiro-industrial e que tem características que podem sinalizar mecanismos de *coerção e consenso*, é a *corporate governance* trazida por Chesnais (2003, p.51). A autora salienta que a interpenetração entre atores industriais e financeiros ocorre por meio de políticas de relacionamento entre dirigentes empresariais, que buscam uma aproximação e a construção de laços, e desta maneira, garante-se a fiscalização dos grupos gestores dos fundos de investimento e o atendimento dos níveis de rentabilidade exigidos, além de possibilitar a circulação do aporte ideológico através de relacionamentos interpessoais. Estas medidas “geraram pressões crescentes sobre as empresas [...] bem como pressões para aumentar a taxa de mais-valia”.

Questão de grande relevância, que se coloca claramente como mecanismo de formação de *consenso* é a remuneração dos dirigentes através de “*stock-options*”, que permite aos executivos “adquiram ações da empresa em que trabalham a um preço pré-fixado e vendê-las em Bolsa para realizar lucros” (CHESNAIS, 2003, p.50). A questão

relacionada a remuneração já teria sido amplamente analisada por Gramsci como método de formação de consenso. A construção teórica gramsciana acerca do “Americanismo e Fordismo” no início do século XX, vem referir-se, entre outras questões, ao “alto salário”. Para Gramsci, os altos salários pagos a uma elite de operários da Ford revelam-se como uma estratégia de persuasão para adaptação da força de trabalho aos novos métodos de produção. Nas palavras de Gramsci, “é um fenômeno derivado de uma necessidade objetiva da indústria moderna que atingiu determinado grau de desenvolvimento” (2001b, p.273). É uma ferramenta para selecionar e manter um quadro estável de trabalhadores qualificados que estão adaptados ao novo modelo de produção, e fazê-los representantes e disseminadores da forma social correspondente do modelo industrial. Simionatto (1995, p.84) afirma que este processo busca “a formação de uma ideologia, isto é, do chamado ‘americanismo’, centrado na racionalização do trabalho e nos seus pressupostos mentais e sociais, para obter adesão voluntária do trabalhador.” Assim, os altos salários presentes à época do “Americanismo e Fordismo” analisado por Gramsci e a remuneração “*stock-options*” dos executivos da atualidade, são ambos destinados apenas para uma “aristocracia operária” e não a toda massa de trabalhadores, tendo esta elite o papel de disseminar as “virtudes” do trabalhador fordista do início do século e da financeirização contemporânea, configurando-se como mais uma ferramenta para a construção de consensos que fortalecem a hegemonia financeira- industrial hoje.

Com esta breve discussão, puderam ser observadas algumas das formas com que a burguesia financeira do final do século XX e início do século XXI, vem construindo e disseminando uma ideologia que tem centralidade no setor financeiro da produção econômica e social, e que através de mecanismos de coerção e formação de consenso vão edificando relações hegemônicas. Deste modo, pode-se concluir que há uma hegemonia em torno da financeirização da vida social, não só nos meandros das relações entre capital financeiro e industrial, mas que se estende à vida cotidiana dos diferentes estratos sociais.

Os estudos na área do capital financeiro e suas políticas em muito podem auxiliar para desvelar o atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista e contribuir na construção de estratégias para romper com esta lógica que tende a acentuar as desigualdades e a exclusão social.

REFERÊNCIAS

CHESNAIS, François. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François et. al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003. pp. 43-70.

GONSALVES, Reinaldo. Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v.45, n.4, pp. 491-518, out/dez, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 1. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 4. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b. p. 241-282.

HILFERDING, Rodolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MINTZ, Beth. SCHWARTZ, Michael. Capital flows and the process or financial hegemony. In: ZUKIN, S. DIMAGGIO, P. (eds). **Structures of Capital. The social organization of de economy**. Cambridge University Pres, 1990, pp. 203-226.

MOTTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.

PORTUGAL JÚNIOR, José Geraldo (Coord.) **Grupos econômicos: expressão institucional da unidade empresarial contemporânea**. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1994.

SCOTT, John. **Social network analysis and intercorporate relations**. In: Hitotsubashi Journal of Commerce and Management 23. 1988. pp. 53-68.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.